

**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
SECRETARIA DE FINANÇAS**

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis  
Exercício 2022**

**Secretaria de Finanças**  
Marcus Augusto Vasconcelos Coelho

**Gerência de Contabilidade e Controle**  
Maria Dolores Pereira

**Coordenadoria Controle e Programação**  
Tales Catunda Santos

**Coordenadoria de Orçamento e Contabilidade**  
Lusiran de Matos Soares

**Colaboradores**  
Mariana Muratori Cavalcante  
Marcelo Rodrigues Mororó  
Esther Rocha Costa  
Karine Pinheiro Sales  
Erick da Silva Oliveira Sotero  
Karine Silva Santos

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### 1. Notas Explicativas de Caráter Geral

#### 1.1 Apresentação do Fundo Especial de Reparcelamento e Modernização do Judiciário – FERMOJU

O Fundo Especial de Reparcelamento e Modernização do Judiciário - FERMOJU, CNPJ 41.655.846/0001-47 é regido atualmente pela Lei nº 14.605, de 05 de janeiro de 2010 que revogou a Lei Estadual nº 11.891, de 20 de dezembro de 1991, dispondo sobre o Fundo Especial de Reparcelamento e Modernização do Judiciário – FERMOJU e outras providências.

O FERMOJU tem por finalidade:

- I - a elaboração e execução de planos, programas e projetos para o desenvolvimento e a descentralização dos serviços judiciários previstos no §3º do art.4º da Constituição Estadual;
  - II - a implantação de moderna tecnologia de controle da tramitação dos feitos judiciais, notadamente com uso de informática, microfilmagem e reprografia, visando a obtenção de maior celeridade, eficiência e segurança dos procedimentos judiciais;
  - III - ampliação de instalações, com aquisição de equipamentos e mobiliário, e reformas de prédios, ressurgimento de materiais permanentes específicos e eventuais contratações de serviços de manutenção e reparos.
  - IV - implementação dos serviços de informatização da Justiça de primeiro grau;
  - V - produção, veiculação e divulgação de matérias oficiais de interesse do Poder Judiciário;
  - VI - aquisição de livros e publicações técnicas necessárias à execução dos serviços jurisdicionais;
  - VII - aporte de recursos financeiros para subsidiar os Cartórios de Registro Civil na prestação gratuita dos serviços indicados na Lei Federal nº 9.534, de 10 de dezembro de 1997; e
  - VIII - demais itens de despesa classificados como outras despesas correntes relativas à manutenção e ao funcionamento das atividades-meio e fim do Poder Judiciário.
- Vale ressaltar que não são admitidas, por conta do FERMOJU, o pagamento de despesas de custeio previstas na folha normal de pessoal.

## 1.2 Apresentação das Demonstrações Contábeis e Evidenciação das Políticas Contábeis

As demonstrações contábeis apresentadas neste Balanço do Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Judiciário – FERMOJU foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, ao novo Plano de contas Aplicado ao Setor Público, conforme o disposto no inciso II do art. 1º da Portaria MF nº 184, de 25 de agosto de 2008, em conformidade com os princípios da Administração Pública, com as Leis de finanças e orçamento público, com as normas e princípios contábeis, e com as disposições da Lei Federal nº 4.320/64 e da Lei Complementar nº 101/00.

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, art. 101, “os resultados gerais do exercício serão demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial, na Demonstração das Variações Patrimoniais, além de outros quadros demonstrativos”. A execução orçamentária do Estado do Ceará apresenta a origem e a destinação dos recursos identificados por fonte, segundo o seu fato gerador e aplicação. As fontes são codificadas individualmente e, gerencialmente, por grupo de fontes como: do tesouro, de convênios, de operações de crédito etc.

Importante esclarecer que as transações das receitas e das despesas foram realizadas de acordo com a Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 04.05.2001 e alterações posteriores. As despesas da modalidade 91 são aquelas de Aplicação Direta decorrentes de Operações entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e, ainda, despesas orçamentárias de órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social decorrentes da aquisição de materiais, bens e serviços, pagamento de impostos, taxas e contribuições, além de outras operações, quando o receptor dos recursos também for órgão, fundo, autarquia, fundação, empresa estatal dependente ou outra entidade constante desses orçamentos, no âmbito da mesma esfera de Governo. Quando da apropriação da obrigação em um órgão ocorre uma despesa intraorçamentárias, que, no momento do recebimento em outro órgão, registra uma receita intraorçamentária.

Os instrumentos legais de orientação para as regras e procedimentos contábeis do exercício de 2022 são a Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Conjunta STN /SPREV/ME/MTP nº 119, todas de 04 de novembro de 2021 e a Portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021, que aprovaram a 9ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, e também a Portaria STN nº 924, de 08 de julho de 2021, que aprovou a 12ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF, válida para o exercício de 2022.

As estruturas e a composição das demonstrações contábeis estão de acordo com o MCASP 9ª edição, e pelo qual são elencadas as seguintes demonstrações:

- Balanço Orçamentário;
- Balanço Financeiro;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração das Variações Patrimoniais;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- Notas Explicativas.

A partir do exercício de 2022, o Governo do Estado do Ceará, implantou o Sistema Integrado de Planejamento e Administração Financeira do Estado do Ceará (SiafeCe), que gera, por meio dos registros contábeis, e emite os relatórios das demonstrações contábeis relativo aos anexos 12, 13, 14 e 15 da Lei nº 4.320/64, que correspondem aos Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e Variações Patrimoniais, respectivamente. Gera também o anexo 1 - Demonstração dos Ingressos e Dispendios por Categoria Econômica, Anexo 10 - Comparativo dos Ingressos Orçados com os Arrecadados e o Anexo 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante da referida Lei e que também compõem a prestação de contas do governo.

### **1.3 Processo de Convergência e Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais**

A Portaria STN nº 548/2015 estabeleceu prazos-limite de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas nacionais, conforme seu Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIP-CP).

### **1.4 Padronização dos Registros Contábeis e Plano de Contas**

A padronização dos registros contábeis das entidades das esferas de governo, envolvendo a Administração Direta e Indireta, inclusive fundos, autarquias, agências reguladoras e empresas estatais dependentes, foi feita com base no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público estendido.

### **1.5 Moeda Funcional e de Apresentação**

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do país. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

## **2 Resumo das Principais Práticas Contábeis**

### **2.1 Caixa e Equivalente de Caixa**

Incluem as contas de arrecadação e pagamento e demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

## **2.2 Créditos e Dívidas**

Os direitos, as obrigações e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original, uma vez feita a conversão para a moeda de apresentação, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

## **2.3 Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Receber**

O saldo da conta de Arrecadação das Entidades da Administração Indireta e Receber são os valores arrecadados através de Documento de Arrecadação Estadual (DAE) recebidos pelo Tesouro Estadual e ainda não repassados para as contas de arrecadação do FERMOJU.

## **2.4 Estoques**

O saldo existente na conta estoques estão os selos de autenticação utilizados pelos cartórios que são mercadorias vendidas para os cartórios e cujo custo da mercadoria vendida será realizada a medida das vendas realizadas. Todos os outros saldo existentes na conta estoques passaram a estar considerada no balanço do TJCE onde, no SIAFE, há a contabilização transferindo de forma automática as entradas para a conta estoques do TJCE.

## **2.5 Imobilizado**

O ativo imobilizado adquirido pelo FERMOJU, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é transferido para o Tribunal de Justiça no momento da liquidação mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. Conforme Art. 11 da Lei nº 14.605, de 05 de janeiro de 2010, os bens adquiridos com recursos do FERMOJU em 2022 foram incorporados diretamente ao patrimônio do Tribunal de Justiça

## 2.6 Intangível

O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. É mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição.

Conforme Art. 11 da Lei nº 14.605, de 05 de janeiro de 2010, os bens adquiridos com recursos do FERMOJU em 2022 foram incorporados diretamente ao patrimônio do Tribunal de Justiça.

## 2.7 Depreciação, Amortização e Exaustão

Como os bens adquiridos são incorporados diretamente ao patrimônio do Tribunal de Justiça não há depreciação, amortização ou exaustão a serem realizadas no FERMOJU.

## 2.8 Passivos Circulantes e Não Circulantes

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

## 2.9 Depósitos Judiciais

Os valores de depósitos judiciais de terceiros utilizados e contabilizados como receita orçamentária provenientes da Lei nº 15.878/2015 estão contabilizados como dívida no passivo do Estado (SEFAZ) e são atualizados monetariamente pelo índice de poupança. Já os depósitos judiciais utilizados nos quais o estado é parte, Emenda Constitucional nº 94/2016 e Emenda Constitucional nº 99/2017, estão registrados em contas de controle e são atualizados pelo mesmo índice.

## 2.10 Restos a Pagar

As inscrições de restos a pagar processados e não processados são válidas por dois anos, sendo canceladas automaticamente após esse período. Assim, os restos a pagar provenientes

do exercício de 2020 foram cancelados ao final deste exercício, conforme a Lei nº 11.714, de 25 de julho de 1990.

### **2.11 Contabilização das Retenções para Fins Orçamentários**

O crédito orçamentário referente às retenções foi considerado pago no momento da liquidação até o final do exercício de 2021. Com a implantação do SIAFE as retenções passaram a seguir o fluxo orçamentário, ou seja, considera-se que a obrigação com o credor da despesa e os credores das retenções são quitadas, a partir de 2022, no momento dos seus respectivos desembolsos financeiros.

### **2.12 Registro da Receita Orçamentária**

A receita orçamentária é registrada no momento da arrecadação do recurso de forma centralizada no Tesouro Estadual, inclusive as arrecadações próprias que são transferidas posteriormente para as contas bancárias específicas.

### **2.13 Distinção entre Circulante e Não Circulante**

A política contábil adotada evidencia como circulante os direitos e as obrigações com valores de realização em até 12 meses após a data das demonstrações contábeis. Os ingressos extraorçamentários, tais como cauções e outras entradas compensatórias, são considerados como circulante, independentemente do prazo de devolução do recurso.

### **2.14 Liquidação de Despesas de Exercícios Anteriores**

Na liquidação de despesas de exercícios anteriores, o reconhecimento da obrigação a pagar é feita contra a conta de ajustes de exercícios anteriores no patrimônio líquido. A partir do exercício de 2022, com a implantação do SIAFE, há a exigência do registro contábil do passivo antes da execução orçamentária no elemento 92 – despesas de exercícios anteriores.



## 2.15 Apuração do Resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro.

- I. Resultado Patrimonial - A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).
- II. Resultado Orçamentário - O regime orçamentário segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.
- III. Resultado Financeiro - O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do Estado.

## 3 Notas Explicativas Das Demonstrações Contábeis

### 3.1 Notas Explicativas do Balanço Orçamentário

Anexo XII, da Lei 4.320/64

(R\$ 1,00)

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) =(c-b)
<b>Receitas Correntes (I)</b>	<b>159.425.996,00</b>	<b>169.018.300,00</b>	<b>274.620.571,70</b>	<b>105.602.271,70</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	146.550.759,00	156.143.063,00	196.208.438,15	40.065.375,15
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	3.720.614,00	3.720.614,00	24.232.685,48	20.512.071,48
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	628.321,00	628.321,00	1.022.308,73	393.987,73
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	8.526.302,00	8.526.302,00	53.157.139,34	44.630.837,34
<b>Receitas de Capital (II)</b>	<b>74.004,00</b>	<b>74.004,00</b>	<b>5.201,55</b>	<b>-68.802,45</b>

Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	74.004,00	74.004,00	5.201,55	-68.802,45
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>159.500.000,00</b>	<b>169.092.304,00</b>	<b>274.625.773,25</b>	<b>105.533.469,25</b>
<b>Operações de Crédito / Refinanciamento (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)</b>	<b>159.500.000,00</b>	<b>169.092.304,00</b>	<b>274.625.773,25</b>	<b>105.533.469,25</b>
<b>Déficit (VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>159.500.000,00</b>	<b>169.092.304,00</b>	<b>274.625.773,25</b>	<b>105.533.469,25</b>
<b>Saldos de Exercícios Anteriores</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>29.292.756,34</b>	<b>29.292.756,34</b>
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro	0,00	0,00	29.292.756,34	29.292.756,34
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f-g)
<b>Despesas Correntes (VIII)</b>	<b>146.970.208,00</b>	<b>163.761.623,69</b>	<b>155.325.113,89</b>	<b>144.240.292,28</b>	<b>142.708.848,21</b>	<b>8.436.509,80</b>
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	146.970.208,00	163.761.623,69	155.325.113,89	144.240.292,28	142.708.848,21	8.436.509,80
<b>Despesas de Capital (IX)</b>	<b>12.529.792,00</b>	<b>34.623.436,65</b>	<b>30.813.707,64</b>	<b>14.061.944,94</b>	<b>14.023.087,46</b>	<b>3.809.729,01</b>
Investimentos	12.529.792,00	34.623.436,65	30.813.707,64	14.061.944,94	14.023.087,46	3.809.729,01
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Reserva de Contingência (X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)</b>	<b>159.500.000,00</b>	<b>198.385.060,34</b>	<b>186.138.821,53</b>	<b>158.302.237,22</b>	<b>156.731.935,67</b>	<b>12.246.238,81</b>
<b>Amortização da Dívida / Refinanciamento (XII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI+ XII)	159.500.000,00	198.385.060,34	186.138.821,53	158.302.237,22	156.731.935,67	12.246.238,81
Superávit (XIV)	0,00	0,00	88.486.951,72	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL ( XV) = ( XIII + XIV)</b>	<b>159.500.000,00</b>	<b>198.385.060,34</b>	<b>274.625.773,25</b>	<b>158.302.237,22</b>	<b>156.731.935,67</b>	<b>12.246.238,81</b>
Reserva do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SIAFE / SEFAZ-CE

## BO01 - Composição da Receita Prevista e Realizada

Embora a receita e despesa orçamentária tenham sido detalhadas nos capítulos I e II, exporemos a composição desses valores sob o ponto de vista contábil. A composição contábil das receitas previstas e realizadas estão demonstradas nas tabelas duas tabelas seguintes.

**Tabela 1 - Demonstrativo da Composição da Previsão Atualizada**

(R\$ 1,00)

Conta	Valor
52111- Previsão Inicial da Receita Bruta	159.500.000,00
52112- Deduções da Previsão Inicial	0,00
(+)52121- Previsão Adicional da Receita	9.592.304,00
(-)52129 - Anulação da Previsão da Receita	0,00
<b>(=) Previsão Atualizada</b>	<b>169.092.304,00</b>

Fonte: SIAFE

O valor das receitas realizadas também evidencia o valor líquido da arrecadação e é obtido pela diferença entre os saldos das contas contábeis 6.2.1.2 (Receita Realizada) e 6.2.1.3 (Deduções da Receita Orçamentária). A tabela abaixo apresenta a composição da Receita Orçamentária Realizada.

**Tabela 2 - Demonstrativo da Composição da Receita Realizada**

(R\$ 1,00)

Conta	Valor
6212 Receita Realizada	279.266.928,78
6213 (-) Deduções da Receita Orçamentária	-4.641.155,53
<b>Total</b>	<b>274.625.773,25</b>

Fonte: SIAFE

O Balanço Orçamentário apresenta as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas (Lei nº 4.320/1964 art. 102). A Lei Orçamentária Anual nº 17.860, de 29 de dezembro de 2021, fixou a dotação inicial em R\$ 155.796.326,00 (cento e cinquenta e cinco milhões, setecentos e noventa e seis mil, trezentos e vinte e seis reais) na modalidade de Aplicações Diretas e R\$ 3.703.674,00 (três milhões, setecentos e três mil, seiscentos e setenta e quatro reais) na modalidade de Aplicação Direta Decorrente de Operações entre Órgãos, totalizando o valor de R\$ 159.500.000,00 (cento e cinquenta e nove milhões e quinhentos mil reais) para o exercício financeiro de 2022. No decorrer do exercício foram abertos créditos adicionais que incrementaram o orçamento no montante de R\$ 38.885.060,34 (trinta e oito milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil sessenta reais e trinta e quatro centavos), conforme tabela abaixo:

**Tabela 3 - Créditos Adicionais – Exercício 2022**

(R\$ 1,00)

Decreto	Data da Publicação	Classificação dos Créditos	Valor
34734	13/05/22	Remanejamento	2.600.950,00
34774	27/05/22	Remanejamento	830.000,00
34875	26/07/22	Remanejamento	850.000,00
34942	09/09/22	Remanejamento	761.299,00
34942	09/09/22	<b>Suplementação</b>	<b>15.866.236,34</b>
34952	14/09/22	Remanejamento	2.780.746,09
34973	07/10/22	Remanejamento	3.787.001,00
34973	07/10/22	<b>Suplementação</b>	<b>4.000.000,00</b>
34988	20/10/22	Remanejamento	57.396,25
35006	04/11/22	Remanejamento	1.342.953,00
35006	04/11/22	<b>Suplementação</b>	<b>9.592.304,00</b>
35008	14/11/22	Remanejamento	2.003.783,31
35023	28/11/22	<b>Suplementação</b>	<b>860.617,00</b>
35033	02/12/22	Remanejamento	2.593.435,76
35037	09/12/22	Remanejamento	187.429,00
35037	09/12/22	<b>Suplementação</b>	<b>8.565.903,00</b>

Fonte: Diário Oficial do Estado

## BO02 - Composição Contábil da Dotação Atualizada e Despesa Fixada e Executada por Tipo de Crédito

A Dotação Inicial é obtida pelo saldo da conta contábil 5.2.2.1.1 (Dotação Inicial). Já a dotação atualizada é evidenciada pelo valor da dotação inicial mais os créditos adicionais abertos ou reabertos durante o exercício, deduzidas as anulações/cancelamentos correspondentes. Dessa forma, é evidenciada pelo somatório das contas: 5.2.2.1.1 (Dotação Inicial) e 5.2.2.1.2 (Dotação Adicional por Tipo de Crédito), subtraída da conta contábil 5.2.2.1.9 (Cancelamento/Remanejamento de Dotação). A tabela abaixo detalha a composição da dotação atualizada:

**Tabela 4 - Demonstrativo da Composição da Dotação Atualizada**

(R\$ 1,00)	
Conta	Valor
52211 - Dotação Inicial	159.500.000,00
(+) 52212 - Dotação Adicional por Tipo de Crédito	56.680.053,75
(-) 52219 - Cancelamento/Remanejamento de Dotação	-17.794.993,41
<b>(=) Dotação Atualizada</b>	<b>198.385.060,34</b>

Fonte: SIAFE

A Despesa Empenhada é evidenciada pelo saldo do grupo de contas 6.2.2.1.3 (Crédito Utilizado). A composição da despesa liquidada se dá pelo somatório entre o saldo das contas do grupo 6.2.2.1.3.03 (Crédito Empenhado Liquidado a Pagar) e 6.2.2.1.3.04 (Crédito Empenhado Pago). Já a despesa paga é obtida pelo saldo das contas do grupo 6.2.2.1.3.04 (Crédito Empenhado Pago). Na tabela que segue, evidencia-se a fixação e execução da despesa por tipo de crédito.

## BO03 - Utilização do Superávit Financeiro do Exercício de 2022 para Abertura de Créditos Adicionais

No exercício de 2022 foi apurado um superávit financeiro de R\$ 223.707.684,08, da confrontação entre o Ativo Financeiro e Passivo Financeiro do FERMOJU. Parte do

orçamento que foi suplementado em 2022, R\$ 29.292.756,34, foi mediante utilização de superávit financeiro obtidos em exercícios anteriores.

### BO04 - Comparativo entre o Anexo 1 - Demonstração dos Ingressos e Dispêndios segundo as Categorias Econômicas e o Anexo 10 - Comparativo dos Ingressos Orçados com os Arrecadados e o Balanço Orçamentário

Os grupos de receitas orçamentárias na Demonstração dos Ingressos e Dispêndios segundo as Categorias Econômicas estão apresentadas por seus valores brutos e o total de deduções é apresentado em separado, totalizado por categoria econômica - sem referência ao grupo restituído. No Balanço Orçamentário e no Anexo 10 – Comparativo dos Ingressos Orçados com os Arrecadados, a receita orçamentária arrecadada por grupo está apresentada pelos valores líquidos - já descontados os valores restituídos.

Portanto, as diferenças apresentadas entre as receitas do anexo 1 em relação as receitas do anexo 10 e anexo 12 ocorrem em virtude das receitas do anexo 1 serem apresentadas pelo valor bruto e as receitas dos anexos 10 e 12 pelos valores líquidos.

### 3.2 Notas Explicativas do Balanço Financeiro

(R\$ 1,00)

Balanço Financeiro	NE	Exercícios	
		2022	2021
<b>Ingressos</b>			
Receita Orçamentária		274.625.773,25	167.942.736,90
Ordinária		0,00	166.340.377,48
Vinculada		274.625.773,25	1.602.359,42
Transferências Financeiras Recebidas		0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários	BF02	34.306.081,65	44.520.094,47
Saldo em Espécie do Exercício Anterior	BF03	154.907.962,57	116.260.468,79
<b>Total</b>		<b>463.839.817,47</b>	<b>328.723.300,16</b>
<b>Dispêndios</b>			
Despesa Orçamentária		186.138.821,53	143.887.694,61
Ordinária		0,00	143.887.694,61
Vinculada		186.138.821,53	0,00

Transferências Financeiras Concedidas		0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários	BF02	21.736.822,16	29.927.642,98
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte	BF03	255.964.173,78	154.907.962,57
<b>Total</b>		<b>463.839.817,47</b>	<b>328.723.300,16</b>

Fonte: Siafe-CE

### **Alteração do formato/Modelo do Balanço Financeiro no exercício de 2022 para enquadramento ao padrão do MCASP e STN**

O MCASP apresenta nas páginas 505 a 510 os conceitos, a estrutura e demais informações sobre o Balanço Financeiro. Além disso, a STN editou a IPC 06 - Instrução de Procedimentos Contábeis - que trata de instruções e metodologia para elaboração do Balanço Financeiro.

Assim, visando padronizar o Balanço Financeiro (BF) do Estado do Ceará ao padrão determinado pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP - 9ª Edição) e pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) foram realizados ajustes no referido demonstrativo para adequar as normas vigentes.

No grupo dos Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários foram agrupadas na linha Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados as seguintes linhas que constavam no modelo do Balanço Financeiro de 2021: Valores Restituíveis (Consignações do Exercício, Consignações de Exercícios Anteriores e Outros Valores Restituíveis) e Valores Pendentes a Curto Prazo.

Nesta linha, do lado do Recebimentos Extraorçamentários são trazidos o movimento credor das contas contábeis que possuem o atributo financeiro e são extras orçamentarias. Do mesmo modo, do lado dos Pagamentos Extraorçamentários a linha traz as contas com os atributos financeiro e extra orçamentaria com o movimento a débito.

**BF01 - Critérios utilizados na elaboração do Balanço Financeiro**

Para o grupo de Receita Orçamentária são consideradas as receitas orçamentárias arrecadadas pelo seu valor líquido (6.2.1.2 - Receita Realizada - 6.2.1.3 - Deduções da receita orçamentária).

As despesas orçamentárias expostas no Balanço Financeiro estão evidenciadas pelo valor empenhado, e esse valor é obtido pelo saldo da conta 6.2.2.1.3 (Crédito Utilizado). O grupo de Transferências Financeiras recebidas (4.5.1) e concedidas (3.5.1) refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Estado do Ceará.

No grupo de recebimentos extraorçamentários são evidenciados os ingressos não previstos no orçamento, que serão restituídos em época própria, por decisão administrativa ou sentença judicial. Da mesma forma, também está inclusa a inscrição de restos a pagar, com o objetivo de compensar o valor da despesa orçamentária imputada como realizada, mas que não foi paga no exercício, conforme determina o parágrafo único do art. 103 da Lei nº 4.320/1964.

O saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte, representa o saldo inicial e final das contas de caixa e equivalente de caixa (1.1.1) e de ativo financeiro (1.1.3.8.1.06.01 e 1.1.3.8.2.06.10).

**BF02 - Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários**

A tabela abaixo evidencia a composição dos Recebimentos Extra-orçamentários:

**Tabela 5 - Demonstrativo dos Recebimentos Extra-orçamentários**

Título	(R\$ 1,00)	
	2022	2021
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	27.836.584,31	20.683.472,02
Inscrição em Restos a Pagar Processados	1.570.301,55	451.777,38
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	4.899.195,79	23.384.845,07
Outros Recebimentos Extraorçamentários	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>34.306.081,65</b>	<b>44.520.094,47</b>

Fonte: SIAFE



A tabela abaixo evidencia a composição do grupo dos recebimentos de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, calculada pelo movimento a crédito das seguintes contas contábeis:

**Tabela 6 - Demonstrativo do Cálculo dos Ingressos de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados**

		(R\$ 1,00)
Código da Conta	Título da Conta	Valor
2.1.8.8.1.99.06	Restituições de Receitas a Pagar	4.698.136,69
2.1.8.8.1.99.07	Mercadorias Recebidas em Consignação	201.059,10
<b>Total</b>		<b>4.899.195,79</b>

Fonte: SIAFE

A tabela abaixo evidencia a composição dos Pagamentos Extra-orçamentários:

**Tabela 7 - Demonstrativo dos Pagamentos Extra-orçamentários**

	(R\$ 1,00)	
Título	2022	2021
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	16.772.357,05	5.404.495,64
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	65.269,32	26.975,80
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	4.899.195,79	24.496.171,54
Outros Recebimentos Extraorçamentários	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>21.736.822,16</b>	<b>29.927.642,98</b>

Fonte: SIAFE

A tabela abaixo evidencia a composição do grupo dos Pagamentos de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, calculada pelo movimento a crédito das seguintes contas contábeis:

**Tabela 8 - Demonstrativo do Cálculo dos Pagamentos de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados**

		(R\$ 1,00)
Código da Conta	Título da Conta	Valor
2.1.8.8.1.99.06	Restituições de Receitas a Pagar	4.698.136,69
2.1.8.8.1.99.07	Mercadorias Recebidas em Consignação	201.059,10
<b>Total</b>		<b>4.899.195,79</b>

Fonte: SIAFE

### BF03 – Saldos em Espécie dos Exercícios

Os agrupamentos "Saldo em Espécie do Exercício Anterior e Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte" são constituídos pelos subgrupos "Caixa e Equivalentes de Caixa" e "Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados". O Caixa e Equivalentes de Caixa representam o saldo inicial (Coluna dos Ingressos) e saldo final (Coluna dos Dispêndios) da conta contábil 1.1.1.

Acerca da disponibilidade de caixa para o exercício seguinte, tem-se o saldo de R\$ 249.117.146,93 (duzentos e quarenta e nove milhões, cento e dezessete mil, cento e quarenta e seis reais e noventa e três centavos), conforme constante na Tabela seguinte:

**Tabela 9 - Demonstrativo do Caixa e Equivalente de Caixa**

(R\$ 1,00)					
BANCO	AG/CONTA	DESCRIÇÃO	SALDO BANCÁRIO	SALDO CONTÁBIL	DIFERENÇA
CAIXA ECONÔMICA	0919/821-0	CDB	8.264.304,21	8.264.304,21	0,00
CAIXA ECONÔMICA	0919/891-0	CDB	6.952.360,47	6.952.360,47	0,00
CAIXA ECONÔMICA	0919/71040-2	CDB	64.707.137,49	64.707.137,49	0,00
CAIXA ECONÔMICA	0919/700403-1	CDB	6.728.845,89	6.728.845,89	0,00
BANCO DO BRASIL	0008/28138	BB RF CP Automático	83.723,31	83.723,31	0,00
BANCO DO BRASIL	0008/1700403-9	BB RF SD Super	30.600.740,69	30.600.740,69	0,00
BANCO DO BRASIL	0008/1700403-9	BB RF SD Diferenciado	131.780.034,87	131.780.034,87	0,00
<b>TOTAL</b>			<b>249.117.146,93</b>	<b>249.117.146,93</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SIAFE e extratos bancários.

Os Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados na coluna de ingressos representam o saldo inicial dos ativos financeiros registrados na conta contábil 1.1.3.8.2.06.10. Da mesma forma, o saldo final desta conta estão apresentados na mesma linha com a coluna dos dispêndios.

A conta contábil "1.1.3.8.1.06.01 - Numerários em Trânsito (F)" registra um pagamento realizado em duplicidade de ISS, onde foi solicitado a devolução do numerário à Prefeitura Municipal de Fortaleza e não foi recebido no final do exercício.

A conta contábil “1.1.3.8.2.06.10 - Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Receber” registra os valores de créditos a receber oriundos das receitas dos órgãos da Administração Indireta via DAE (documento de arrecadação estadual), arrecadados pela Secretaria da Fazenda. A tabela abaixo evidencia o valor a receber relativo a cada uma das contas de ativo financeiro.

**Tabela 10 - Demonstrativo dos Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados**

(R\$ 1,00)

Código da Conta	Título da Conta	Saldo Inicial	Saldo Final
1.1.3.8.1.06.01	Numerários em Trânsito (F)	0,00	302,39
1.1.3.8.2.06.10	Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Receber	879.779,03	6.846.724,46
<b>Total</b>		<b>879.779,03</b>	<b>6.847.026,85</b>

Fonte: SIAFE

**BF04 - Fatores que podem mais ter influenciado no resultado financeiro.**

INGRESSOS		DISPÊNDIOS		DIFERENÇA (R\$)
<b>Receita Orçamentária (I)</b>	<b>274.625.773,25</b>	<b>Despesas Orçamentárias (VI)</b>	<b>186.138.821,53</b>	<b>88.486.951,72</b>
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Recebimentos Extra-orçamentários (III)</b>	<b>34.306.081,65</b>	<b>Pagamentos Extraorçamentários (VIII)</b>	<b>21.736.822,16</b>	<b>12.569.259,49</b>
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	27.836.584,31	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	16.772.357,05	R\$ 11.064.227,26
Inscrição em Restos a Pagar Processados	1.570.301,55	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	65.269,32	R\$ 1.505.032,23
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	4.899.195,79	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	4.899.195,79	0,00
Outros Recebimentos Extraorçamentários	0,00	Outros Pagamentos Extraorçamentários	0,00	0,00
<b>RESULTADO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO</b>				<b>101.056.211,21</b>

Fonte: SIAFE

O resultado financeiro positivo encontrado no exercício 2022 deve-se em sua maior parte a diferença entre as Receitas Orçamentária (I) e as Despesas Orçamentárias (VI) no valor de R\$ 88.486.951,72 conforme tabela demonstrada acima. As Receitas Orçamentárias Arrecadadas ficaram acima das Receitas Orçadas sendo que a maior parte da diferença foram nas receitas de Emolumentos e Custas Judiciais (37.499.522,84) e de Restituições Diversas (19.470.176,26).



<b>Passivo Não Circulante</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo		0,00	0,00
<b>Prazo</b>			
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		0,00	0,00
Provisões a Longo Prazo		0,00	0,00
Demais Obrigações a Longo Prazo		0,00	0,00
Resultado Diferido		0,00	0,00
<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>253.649.677,12</b>	<b>155.497.655,23</b>
Patrimônio Social e Capital Social		0,00	0,00
Demais Reservas		0,00	0,00
Resultados Acumulados		253.649.677,12	155.497.655,23
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>		<b>256.062.683,78</b>	<b>156.029.043,65</b>

## BP01 - Critérios Utilizados na Elaboração do Balanço Patrimonial

Para o preenchimento deste Balanço utilizam-se as classes 1 (Ativo) e 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas do Estado do Ceará, além da classe 8 (Controles Credores) para o quadro referente às compensações. Em observância ao art. 105 da Lei nº 4.320/1964, elaborou-se um quadro anexo ao Balanço Patrimonial que evidencia o total do ativo e passivo financeiro, bem como o ativo e passivo permanente e o saldo patrimonial.

## BP02 - Adiantamentos Concedidos

O grupo “Adiantamentos Concedidos” compreende todas as saídas de recursos financeiras a título de adiantamento (pagamento antecipado) que serão descontados futuramente, quando do pagamento final, a quem os foi adiantado.

**Tabela 11 - Demonstrativo de Adiantamentos Concedidos**

Título	(R\$ 1,00)	
	Exercícios 2022	Exercícios 2021
Suprimento de Fundos	4.900,00	16.600,00
Adiantamento a Fornecedores	0,00	0,00
Adiantamentos de Precatórios	0,00	0,00
Adiantamentos de Precatórios a Comprovar	0,00	0,00
Adiantamentos Diversos Concedidos	0,00	0,00
Adiantamento Concedido para cobertura de conta bancária com recursos bloqueados	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>4.900,00</b>	<b>16.600,00</b>

Fonte: SIAFE

## BP03 - Detalhamento da Conta “Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo”

A tabela abaixo evidencia os subgrupos que compõem a conta “Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo”:

**Tabela 12 - Demonstrativo de Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo**

(R\$ 1,00)

Título	Exercícios	
	2022	2021
113800000 - Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	6.847.026,85	879.779,03
113810000 - Outros Créditos a Receber e Valores A Curto Prazo -	302,39	0,00
<b>Consolidação</b>		
113810601 - Numerários em Trânsito	302,39	0,00
113820000 - Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - INTRA OFSS	6.846.724,46	879.779,03
113820610 - Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Receber	6.846.724,46	879.779,03

Fonte: SIAFE

## BP04 – Estoques

O saldo existente na conta estoques estão os selos de autenticação utilizados pelos cartórios que são mercadorias vendidas para os cartórios e cujo custo da mercadoria vendida será realizada a medida das vendas realizadas. Todos os outros saldos existentes na conta estoques passaram a estar considerada no balanço do TJCE onde, no SIAFE, há a contabilização transferindo de forma automática as entradas para a conta estoques do TJCE havendo assim uma diferença considerável entre o exercício anterior e o exercício atual.

## BP05 – Imobilizado

Conforme Art. 11 da Lei nº 14.605, de 05 de janeiro de 2010, os bens adquiridos com recursos do FERMOJU em 2022 foram incorporados diretamente ao patrimônio do Tribunal de Justiça no valor total de R\$ 24.140.130,62 (vinte e quatro milhões, cento e quarenta mil, cento e trinta reais e sessenta e dois centavos), sendo que com a implantação do sistema SIAFE foi possível a transferência dos bens adquiridos pelos fundos para o Tribunal de

Justiça do Estado do Ceará de forma automática restando zeradas as contas do Ativo Não Circulante.

**Tabela 13 - Demonstrativo das Transferências Concedidas do Imobilizado**

(R\$ 1,00)		
Código da Conta	Título da Conta	Valor
3.5.1.2.2.02.91	Transferência Concedida de Bens dos Fundos	6.223.647,64
3.5.1.2.2.02.94	Transferência Concedida de Investimento de Capital a Incorporar	17.916.482,98
<b>Total</b>		<b>24.140.130,62</b>

Fonte: SIAFE

### **BP06 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo**

No ano de 2021, as retenções de INSS ocorriam no mesmo momento do pagamento do líquido do credor. A partir de outubro de 2022 ocorreu a mudança na sistemática onde as retenções passaram a ser pagas somente no mês posterior de forma unificada onde é gerada apenas um DARF para todas as Pessoas Físicas e um DARF para cada Pessoa Jurídica ficando a obrigação a pagar sendo regularizada apenas no mês seguinte.

**Tabela 14 - Demonstrativo das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo**

Especificação	(R\$ 1,00)	
	Exercícios	
	2022	2021
Pessoal a Pagar	0,00	0,00
Benefícios Previdenciários a Pagar	0,00	0,00
Benefícios Assistenciais a Pagar	0,00	0,00
Encargos Sociais a Pagar	142.328,86	78,80
<b>Total</b>	<b>142.328,86</b>	<b>78,80</b>

Fonte: SIAFE

## BP07 - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

**Tabela 15 - Demonstrativo Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo**

(R\$ 1,00)

Código	Título	Exercícios	
		2022	2021
213110100	Fornecedores Nacionais	806.392,46	423.048,25
213120000	Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo - Intra OFSS	0,00	0,00
213150000	Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo - Inter OFSS - Município	0,00	0,00
	<b>Total</b>	<b>806.392,46</b>	<b>423.048,25</b>

Fonte: SIAFE

## BP08 - Valores Restituíveis

A tabela a seguir evidencia a composição da classe dos “Valores Restituíveis”, do subgrupo Demais Obrigações a Curto Prazo:

**Tabela 16 - Demonstrativo de Valores Restituíveis**

(R\$ 1,00)

Título	Exercícios	
	2022	2021
<b>218800000 - VALORES RESTITUÍVEIS</b>	<b>1.435.606,76</b>	<b>79.611,04</b>
<b>218810000 - VALORES RESTITUÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO</b>	<b>430.534,91</b>	<b>77.947,37</b>
218810100 - CONSIGNAÇÕES	415.114,14	62.526,60
218810300 - DEPOSITOS JUDICIAIS	783,15	783,15
218810400 - DEPOSITOS NAO JUDICIAIS	14.637,62	14.637,62
218819900 - OUTROS VALORES RESTITUIVEIS	0,00	0,00
<b>218820000 - VALORES RESTITUÍVEIS - INTRA OFSS</b>	<b>3.425,71</b>	<b>1.663,67</b>
218820100 - CONSIGNAÇÕES	3.425,71	1.663,67
<b>218830000 - VALORES RESTITUÍVEIS - INTER OFSS - UNIÃO</b>	<b>995.531,82</b>	<b>0,00</b>
218830100 - CONSIGNAÇÕES	995.531,82	0,00
<b>218850000 - VALORES RESTITUÍVEIS - INTER OFSS - MUNICÍPIO</b>	<b>6.114,32</b>	<b>0,00</b>
218850100 - CONSIGNAÇÕES	6.114,32	0,00

Fonte: SIAFE

A composição da classe dos “Valores Restituíveis” está sendo detalhada por representar 98,04% do subgrupo Demais Obrigações a Curto Prazo. Esses valores, em sua maioria, representam as contas contábeis de consignações. É importante destacar, que embora essas contas estejam agregadas no grupo Diversos, conforme o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), a escrituração ocorre em contas contábeis específicas.



## BP09 – Composição do Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido é composto pelo Capital Social Realizado, Reserva de Reavaliação e Resultados Acumulados.

Segue abaixo a composição dos resultados Acumulados.

**Tabela 17 - Demonstrativo dos Resultados Acumulados**

(R\$ 1,00)

Título	Exercícios	
	2022	2021
Superávits ou Déficits Acumulados	235.973.310,56	112.552.776,85
Superávits ou Déficits Acumulados – Intra OFSS	19.382.002,12	43.917.493,95
Superávits ou Déficits Acumulados – Intra OFSS - União	-1.368.575,77	-636.158,46
Superávits ou Déficits Acumulados – Intra OFSS - Município	-337.059,79	-336.457,11
<b>Total</b>	<b>253.649.677,12</b>	<b>155.497.655,23</b>

FONTE: SIAFE

## BP10 – Superávit/Déficit Financeiro

O Balanço Patrimonial do exercício de 2022 apresentou em seu ativo financeiro o montante de R\$ 255.964.173,78, enquanto o Passivo Financeiro totalizou R\$ 32.256.489,70. Assim, o Fermoju apresentou um superávit financeiro de R\$ 223.707.684,08.

Na tabela que segue evidencia-se a composição do ativo e passivo financeiro, bem como o cálculo do superávit financeiro com base nas contas contábeis do Plano de Contas.

**Tabela 18 - Demonstrativo do Cálculo do Superávit Financeiro**

(R\$ 1,00)

Título	Valor
111000000 - Caixa e Equivalente de Caixa	249.117.146,93
113810601 - Numerário em Trânsito	302,39
113820610 - Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Receber	6.846.724,46
<b>Total do Ativo Financeiro</b>	<b>255.964.173,78</b>

Título	Valor
Passivo atributo F	2.252.435,26
631110101 - RP Não Processados a Liquidar	2.341.725,91
631710101 - RP Não Processados a Liquidar- Inscrição no Exercício	27.662.328,53

<b>Total do Passivo Financeiro</b>	<b>32.256.489,70</b>
<b>Superávit Financeiro</b>	<b>223.707.684,08</b>

FONTE: SEFAZ/CECOG

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Pública MCASP, passivos são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidades saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços. Quando o passivo corresponde a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis, deve ser classificado como passivo circulante.

Ressalta-se que o conceito de passivo circulante difere do conceito de passivo financeiro da Lei nº 4.320/64, conforme observa-se no §3º do art. 105: “§ 3º O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outros pagamentos que independam de autorização orçamentária. Acrescenta-se ainda que o reconhecimento do Passivo Circulante se dá no momento da ocorrência do fato gerador, enquanto o reconhecimento do Passivo Financeiro se dá no momento do empenho.

Na tabela que segue evidencia-se a composição do Passivo atributo F informado na Tabela anterior com base nas contas contábeis do Plano de Contas.

**Tabela 19 - Demonstrativo da Composição do Passivo atributo F**

<b>Título</b>	<b>Valor</b>
211430103 – Contribuições ao RGPS – Serviços de Terceiros ou Contribuintes Avulsos	142.328,86
213110101 – Fornecedores não parcelados a pagar	645.821,06
214119901 – Outros Tributos e Contribuições Federais a Recolher	28,25
218810102 – Provisões de Encargos Trabalhistas e Previdenciários - Terceirização	415.114,14
218810395 – Fianças Criminais	783,15
218810401 – Depósitos e Cauções	14.637,62
218820104 – Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF	3.425,71
218830102 – Contribuição ao RGPS	995.531,82
218850108 – ISS	6.114,32
218910102 – Indenizações e Restituições Diversas	28.650,33
<b>Total do Passivo atributo F</b>	<b>2.252.435,26</b>

**Tabela 20 - Demonstrativo do Superávit Financeiro por Fonte**

R\$1,00

Fontes de Recursos/Subfontes	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit Financeiro
1.00.00 - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	783,15	-783,15
1.12.00 - ALIENAÇÃO DE BENS e 3.12.00 - ALIENAÇÃO DE BENS	1.738.215,47	0,00	1.738.215,47
2.15.00 - DEPÓSITOS JUDICIAIS - PIMPJ	76.385,21	0,00	76.385,21
2.29.00 - RECURSOS ARRECADADOS DA VENDA DE SELOS DE AUTENTICIDADE	26.829.024,80	6.090.360,18	20.738.664,62
2.70.00 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	227.320.548,30	26.165.346,37	201.155.201,93
<b>Total</b>	<b>255.964.173,78</b>	<b>32.256.489,70</b>	<b>223.707.684,08</b>

Fonte: SIAFE

Nota 1: Nas fontes de recursos acima estão agrupadas a fonte de recursos do exercício corrente e a fonte de recursos do exercício anterior

Nota 2: Dados extraídos conforme a conta contábil 821110101 - DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS

O Fermoju não possui financeiro na fonte de recursos 1.00.00 – Recursos ordinários, entretanto existe um passivo financeiro no valor de R\$ 783,15. Tal valor está evidenciado em Depósitos Judiciais na conta Fianças Criminais onde houve indevidamente o reconhecimento da arrecadação do Documento de Arrecadação Estadual - DAE nº 181593 de 23 de novembro de 2021 no valor de R\$ 783,15. Tal DAE que deveria ter sido evidenciado pelo Tribunal de Justiça, entretanto constou, indevidamente, no FERMOJU. Referido valor ainda não foi repassado para o FERMOJU para que seja destinado ao TJCE.

A fonte de recursos 2.15.00 está extinta e restou saldo em conta ainda não destinado para outra fonte de recursos próprios (recursos diretamente arrecadados).

### **BP11 – Balanço Patrimonial com nível de detalhamento inferior aos de exercícios anteriores**

A estrutura do Balanço Patrimonial seguiu o modelo previsto na 9ª edição do MCASP, válido para o exercício 2022, conforme páginas 515 e 516 do manual. Na estrutura atual emitida pelo SIAFE houve a redução de um nível nos agrupamentos em relação ao que vinha sendo publicado anteriormente pelo S2GPR.

## BP12 – Composição dos valores registrados nas contas de Patrimônio Líquido.

Tabela 21 - Decomposição da Conta Contábil Patrimônio Líquido

Título	Exercícios	
	2022	2021
<b>Superávits ou Déficits Acumulados</b>	<b>235.973.310,56</b>	<b>112.552.776,85</b>
Superávits ou Déficits do Exercício	128.684.132,36	0,00
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	112.552.776,85	112.552.776,85
Ajustes de Exercícios Anteriores	-5.263.598,65	0,00
<b>Superávits ou Déficits Acumulados – INTRA OFSS</b>	<b>19.382.002,12</b>	<b>43.917.493,95</b>
<b>Superávits ou Déficits Acumulados – INTER OFSS - União</b>	<b>-1.368.575,77</b>	<b>-636.158,46</b>
<b>Superávits ou Déficits Acumulados – INTER OFSS - Município</b>	<b>-337.059,79</b>	<b>-336.457,11</b>
<b>Total</b>	<b>253.649.677,12</b>	<b>155.497.655,23</b>

Fonte: SIAFE

## BP13 – O Quadro do Superávit/Déficit Financeiro, com o detalhamento por fonte, não contempla o saldo do exercício anterior

Em virtude da implantação do SIAFE houve uma mudança na geração do quadro Superávit/Déficit que passou a ser elaborado utilizando-se o saldo da conta 8.2.1.1.1.00.00 – Disponibilidade por Destinação de Recurso (DDR), conta que não estava devidamente conciliada no S2GPR, não foi possível gerar o relatório trazendo os dois exercícios. Destacamos que anteriormente os saldos apresentados no S2GPR eram apurados pela diferença entre o ativo financeiro e passivo financeiro, em razão disso, o superávit/déficit dos exercícios anteriores a 2022 eram apurados, por Unidade Gestora e Consolidado, através da elaboração de planilhas, considerando as contas dos ativos e passivos com atributo F e por fonte de recursos.

## BP14 – O Quadro das Contas de Compensação apresenta saldo anterior inconsistente com o saldo final do exercício anterior

O subgrupo 7112 - Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres registram os convênios e os contratos de despesas do Estado. Esses valores eram registrados no módulo de execução orçamentária do S2GPR, sem a devida contabilização no módulo de contabilidade.

Com a implantação do SIAFE, os referidos contratos e convênios de despesas foram incluídos nos saldos iniciais em 2023 para não prejudicar a execução orçamentária no início do exercício. Ressaltamos que o SIAFE é um sistema que mantém todos os seus controles na contabilidade por meio de suas contas contábeis e suas estruturas classificatórias. Portanto, sem as entradas (contabilização) das informações não é possível executar as despesas contratuais.

### 3.4 Notas Explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais

(R\$ milhares)

Variações Patrimoniais Quantitativas	NE	Exercícios	
		2022	2021
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas</b>		<b>274.626</b>	<b>167.943</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		196.208	145.851
Contribuições		0	0
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		1.600	2.513
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		23.654	5.644
Transferências e Delegações Recebidas		1.129	0
Valorização e Ganhos com Ativos		1	0
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	DV02	52.033	13.933
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas</b>		<b>171.210</b>	<b>122.378</b>
Pessoal e Encargos		0	0
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		0	0
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		116.450	89.123
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		0	7
Transferências e Delegações Concedidas		25.664	7.977
Desvalorização e Perda de Ativos		0	0
Tributárias		665	279
Custo das Mercadorias Vendidas e serviços Prestados		140	359
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	DV03	28.290	24.631
<b>Resultado Patrimonial do Período</b>		<b>103.415</b>	<b>45.564</b>

Fonte: SIAFE

#### DV01 - Evidenciação Facultativa do Quadro das Variações Patrimoniais Qualitativas da DVP

O Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP, em sua 6ª edição, aprovado pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 700, de 10 de dezembro de 2014, apresentou algumas alterações na estrutura das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao

Setor Público. No que tange às alterações referentes à Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP, o manual passou a considerar facultativo a evidenciação do Quadro de Variações Patrimoniais Qualitativas, um dos anexos da DVP, para fins de consolidação a partir do exercício de 2015. Em vista disso, optou-se por não evidenciar mais esse quadro complementar a partir do exercício de 2017, pois as informações que eram apresentadas sobre a execução de despesas orçamentárias que causam variações qualitativas no patrimônio do estado estão disponíveis no Balanço Orçamentário - BO e seus quadros anexos.

## DV02 - Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas

O grupo Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas compreende a Compensação Financeira Entre RGPS/RPPS, as Multas Administrativas, as Indenizações e Restituições e as Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos, conforme tabela abaixo:

**Tabela 22 - Demonstrativo das Outras Variações Patrimoniais Aumentativas**

(R\$ 1,00)	
Conta contábil	Valor
<b>499000000 – DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>52.033.068,40</b>
499500000 – MULTAS ADMINISTRATIVAS	366.668,67
499600000 – INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	14.566.212,67
499900000 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DE FATOS GERADORES DIVERSOS	37.100.187,06
<b>Total</b>	<b>52.033.068,40</b>

Fonte: SIAFE

As Variações Patrimoniais Aumentativas decorrentes de fatos geradores diversos representa a maior parte do total das Outras Variações Patrimoniais Aumentativas. Na tabela a seguir apresenta o detalhamento desse item.

**Tabela 23 - Detalhamento de VPA Fatos Geradores Diversos**

(R\$ 1,00)	
Conta contábil	Valor
499510102 - Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	366.668,67
499610199 - Outras Indenizações	84.197,83
499610207 - Restituições de Valores Não Aplicados pelo Suprido de Exercícios Anteriores	30.100,04
499610299 - Restituições Diversas	8.548.241,30

499610304 - Spread sobre Rendimentos de Precatórios Judiciais	5.898.471,95
499610305 - VPA Decorrente de Alienação de Bens em Leilão	5.201,55
499911799 - OUTRAS RESTITUIÇÕES	19.470.176,26
499912707 - Receita de Spread sobre Rendimentos de Depósitos Judiciais	15.116.892,35
499919701 - (-) Deduções de Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	-2.896,35
499919901 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	2.516.014,80
<b>Total</b>	<b>52.033.068,40</b>

Fonte: SIAFE

Do total do grupo Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos, a maior parte é representada pela VPA com Transferência de Ativos, relacionados às unidades extintas que tiveram seus patrimônios absorvidos por outros órgãos ou entidades do governo do estado do Ceará.

### DV03- Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas

O grupo Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas é representado por Indenizações e Restituições e Variações Patrimoniais Diminutivas decorrentes de fatos geradores diversos, conforme abaixo:

**Tabela 24 - Demonstrativo de Outras Variações Patrimoniais Diminutivas**

Conta contábil	(R\$ 1,00) Valor
391100000 – PREMIAÇÕES CULTURAIS	9.647,80
399600000 – INDENIZAÇÕES RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	28.120.565,05
399900000 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DE FATOS GERADORES DIVERSOS	159.802,38
<b>Total</b>	<b>28.290.015,23</b>

Fonte: Sefaz/Cecog

O total do grupo Variações Patrimoniais Diminutivas decorrentes de fatos geradores diversos, foi referente a uma baixa de ativo contabilizado em duplicidade no reconhecimento do DEA e na liquidação. Embora agregado no grupo Diversos, a escrituração ocorre em contas contábeis específicas, de modo a especificar a variação ocorrida, conforme tabela a seguir:

**Tabela 25 - Detalhamento de VPD Fatos Geradores Diversos**

Conta contábil	Valor
399919908 - VPD Decorrente da desincorporação Bens Imóveis	159.802,38
399919908 - VPD Decorrente da desincorporação de despesas incorporadas indevidamente	0,00
<b>Total</b>	<b>159.802,38</b>

Fonte: SEFAZ

Essas situações de concentração de valor no grupo diversos ocorre por falta de níveis específicos no Plano de Contas Nacional e devido a características das transações realizadas.

Como os Entes Públicos não têm autonomia para criar níveis no plano de contas para atender suas especificidades, cria-se detalhamento por meio de contas contábeis de modo identificar e individualizar a transação.

### 3.5 Notas Explicativas do Demonstrativo da Dívida Flutuante

ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO			SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	PAGAMENTO	CANCELAMENTO	
<b>Restos a Pagar Não Processados</b>					
1º Exercício Anterior	20.683.472,02	0,00	16.479.720,75	1.820.266,53	2.383.484,74
2º Exercício Anterior	2.502.581,31	0,00	292.636,30	2.209.945,01	0,00
Deste Exercício	0,00	27.836.584,31	0,00	0,00	27.836.584,31
<b>Subtotal</b>	<b>23.186.053,33</b>	<b>27.836.584,31</b>	<b>16.772.357,05</b>	<b>4.030.211,54</b>	<b>30.220.069,05</b>
<b>Restos a Pagar Processados</b>					
1º Exercício Anterior	451.777,38	0,00	1.079,05	0,00	450.698,33
2º Exercício Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deste Exercício	0,00	151.821,63	0,00	0,00	151.821,63
<b>Subtotal</b>	<b>451.777,38</b>	<b>151.821,63</b>	<b>1.079,05</b>	<b>0,00</b>	<b>602.519,96</b>
<b>Restos a Pagar Processados - RETENÇÃO</b>					
1º Exercício Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º Exercício Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deste Exercício	0,00	1.148.479,92	0,00	0,00	1.418.479,92
<b>Subtotal</b>	<b>0,00</b>	<b>1.418.479,92</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.418.479,92</b>
Depósitos de Diversas Origens	79.611,04	4.899.195,79	4.963.386,06	0,00	15.420,77
<b>Subtotal</b>	<b>79.611,04</b>	<b>4.899.195,79</b>	<b>4.963.386,06</b>	<b>0,00</b>	<b>15.420,77</b>
Depósitos de Tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Subtotal</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total</b>	<b>23.717.441,75</b>	<b>34.306.081,65</b>	<b>21.736.822,16</b>	<b>4.030.211,54</b>	<b>32.256.489,70</b>

Fonte: SIAFE



## DF01 – Composição das Movimentações de Restos a Pagar Processados e Não Processados Evidenciados na Dívida Flutuante do Estado:

Nas colunas de Movimento do Exercício, os valores apresentados são: inscrição, pagamento e cancelamento de Restos a Pagar. As tabelas abaixo apresentam o detalhamento das Baixas de Restos a Pagar ocorridas no exercício atual no Demonstrativo da Dívida Flutuante do Estado:

**Tabela 26 - Demonstrativo das Movimentações de Restos a Pagar não Processados da Dívida Flutuante do Estado**

(R\$ 1,00)	
Restos a Pagar Não Processados (RPNP)	Saldo em 31/12/2022
Movimentação por Pagamento - (631410100)	16.772.357,05
Movimentação por Cancelamento - (631990101)	4.030.211,54
<b>Total</b>	<b>20.802.568,59</b>

Fonte: SIAFE

**Tabela 27 - Demonstrativo das Movimentações de Restos a Pagar Processados da Dívida Flutuante do Estado**

(R\$ 1,00)	
Restos a Pagar Processados (RPP)	Saldo em 31/12/2022
Movimentação por Pagamento - (632210101)	1.079,05
Movimentação por Cancelamento - (632990101)	0,00
<b>Total</b>	<b>1.079,05</b>

Fonte: SIAFE

## DF02 Inscrição de Restos a Pagar Processados

A inscrição dos restos a pagar processados considera o valor das consignações retidas e não pagas financeiramente. Desta forma os restos a pagar processados são compostos pelas contas contábeis 632110101 – RP Processados a Pagar, 632710101 RP Processados – Inscrição no Exercício e 632710102 – Restos a pagar Processados Saldo Retenção.

### DF03 Inscrição de Restos a Pagar Não Processados

A inscrição dos restos a pagar processados considera o valor das contas contábeis 631110101 - RP Não Processados a Liquidar, 631310101 - RP Não Processados Liquidados a Pagar, 631310102 - RP Não Processados Retidos a Pagar, 631710101 - RP Não Processados a Liquidar- Inscrição no Exercício e 631720101 - RP Não Processados em Liquidação – Inscrição no Exercício.

### 3.6 Notas Explicativas da Demonstração dos Fluxos de Caixa

(R\$ 1,00)

Demonstração dos Fluxos de Caixa	Exercícios		
	NE	2022	2021
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>			
<b>Ingressos</b>	DFC01	<b>279.519.767,49</b>	<b>189.725.222,55</b>
-Receitas Derivadas e Originárias		274.620.571,70	166.340.377,48
-Transferências recebidas		0,00	0,00
-Outras Receitas/Ingressos Operacionais	DFC02	4.899.195,79	23.384.845,07
<b>Desembolsos</b>	DFC01	<b>154.367.484,69</b>	<b>144.66.117.637</b>
-Pessoal e Demais Despesas		149.468.288,90	119.951.369,23
-Juros e encargos da dívida		0,00	0,00
-Transferências concedidas		0,00	0,00
-Outros desembolsos operacionais	DFC02	4.899.195,79	24.448.582,88
<b>Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)</b>		<b>125.152.282,80</b>	<b>45.325.270,44</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento</b>			
<b>Ingressos</b>	DFC01	<b>5.201,55</b>	<b>1.602.359,42</b>
-Alienação de Bens		5.201,55	1.602.359,42
-Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		0,00	0,00
-Outros ingressos de investimentos		0,00	0,00
<b>Desembolsos</b>	DFC01	<b>24.101.273,14</b>	<b>8.232.547,42</b>
-Aquisição de Ativo Não Circulante		21.904.986,78	4.864.284,17
-Concessão de Empréstimos e Financiamentos		0,00	0,00
-Outros desembolsos de investimentos		2.196.286,36	3.368.263,25
<b>Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)</b>		<b>-24.096.071,59</b>	<b>-6.630.188,00</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</b>			
<b>Ingressos</b>	DFC01	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
-Operações de Crédito		0,00	0,00
<b>Desembolsos</b>	DFC01	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
-Amortização/Refinanciamento da Dívida		0,00	0,00
-Outros desembolsos de financiamentos		0,00	0,00
<b>Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa (I+II+III)</b>		<b>101.056.211,21</b>	<b>38.695.082,44</b>
-Caixa e Equivalentes de caixa inicial		154.028.183,54	115.333.101,10
-Caixa e Equivalente de caixa final		249.117.146,93	154.028.183,54
Variação do Caixa e Equivalente de Caixa		95.088.963,39	38.695.082,44
<b>Conciliação Contábil-Financeira (IV - V - VI + VII)</b>	DFC03	<b>5.967.247,82</b>	<b>0,00</b>

IV - Saídas de Caixa a Regularizar	218.708.667,65	0,00
V - Saídas de Caixa Regularizadas	212.741.419,83	0,00
VI - Entradas de Caixa a Regularizar	0,00	0,00
VII - Entradas de Caixas Regularizadas	0,00	0,00
<b>VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA AJUSTADO</b>	<b>101.056.211,21</b>	<b>38.695.082,44</b>

Fonte: SIAFE

## DFC01 - Critérios Utilizados na Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é elaborada pelo método direto e evidencia as alterações de caixa e equivalentes de caixa verificadas no exercício de referência, classificadas em fluxo de atividades das operações, de investimentos e de financiamento.

Os ingressos dos fluxos das operações compreendem as receitas arrecadadas pelo seu valor líquido (6212 - Receita Realizada (-) 6213 - Deduções da receita orçamentária) relativas às atividades operacionais, as transferências recebidas e os outros ingressos operacionais.

Já os desembolsos das operações evidenciam as despesas pagas (6221304 + 6314 + 6322+ 632810102) relativas às atividades operacionais, as transferências concedidas e os outros desembolsos operacionais.

Os ingressos dos fluxos das atividades de investimento compreendem as receitas arrecadadas referentes à alienação de ativos não circulantes e de amortização de empréstimos e financiamentos concedidos. Os desembolsos de investimento referem-se às despesas pagas com aquisição de ativos não circulantes, as concessões de empréstimos e financiamentos; e outros desembolsos de investimentos.

Por sua vez, nos ingressos das atividades de financiamento são evidenciadas as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida. Compreendem também a integralização do capital social de empresas dependentes. Nos desembolsos evidencia-se as despesas pagas com amortização e refinanciamento da dívida.

A geração líquida de caixa e equivalente de caixa representa a soma dos três fluxos de caixa e a variação do caixa e equivalente de caixa corresponde a diferença entre os saldos iniciais e finais de Caixa e Equivalentes de Caixa (111) do exercício de referência.

A conciliação contábil-financeira evidencia os ajustes nas contas de caixa que representam entradas e saídas de caixa sem a correspondente execução orçamentária. Por sua vez, a variação do caixa e equivalente de caixa ajustado apresenta-se como o somatório da variação do caixa e equivalente de caixa com a conciliação contábil-financeira.

## DFC02 - Outros Ingressos e Desembolsos Operacionais

A tabela abaixo evidencia a composição dos “Ingressos de Valores Restituíveis” que compõe o Quadro dos Outros Ingressos e Desembolsos Operacionais, calculada pelo movimento a crédito das seguintes contas contábeis 2188 - Valores Restituíveis:

**Tabela 28 - Demonstrativo dos Ingressos de Valores Restituíveis**

		(R\$ 1,00)
Código da Conta	Título da Conta	Valor
218819906	Restituições de Receitas a Pagar	4.698.136,69
218819907	Mercadorias Recebidas em Consignação	201.059,10
<b>Total</b>		<b>4.899.195,79</b>

Fonte: SIAFE

A tabela a seguir evidencia a composição da “Devolução de Valores Restituíveis” que compõe o Quadro dos Outros Ingressos e Desembolsos Operacionais, calculada pelo movimento a débito das seguintes contas contábeis 2188- Valores Restituíveis:

**Tabela 29 - Demonstrativo da Devolução de Valores Restituíveis**

		(R\$ 1,00)
Código da Conta	Título da Conta	Valor
218819906	Restituições de Receitas a Pagar	4.698.136,69
218819907	Mercadorias Recebidas em Consignação	201.059,10
<b>Total</b>		<b>4.899.195,79</b>

Fonte: SIAFE



**Tabela 31 - Demonstrativo das Saídas de Caixa Regularizadas**

		(R\$ 1,00)
Código da Conta	Título da Conta	Valor
113810601	Numerário em Trânsito	302,39
113820601	Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Receber	212.741.419,83
<b>Total</b>		<b>212.741.419,83</b>

Fonte: SIAFE

**Tabela 32 - Demonstrativo dos outros desembolsos de investimento**

A tabela abaixo evidencia a composição dos “Outros Desembolsos de Investimento” que é calculado pelas naturezas de investimento com exceção de bens móveis, imóveis e obras nas contas contábeis: 622130401- Crédito Empenhado Liquidado Pago, 622130402 - Crédito Empenhado Liquidado Retido Pago, 631410101 - RP Não Processados Pagos, 631410102 - RP Não Processados Retidos Pagos e 632210101 - RP Processados Pagos.

	Conta contábil	Natureza Despesa	Exercício Atual
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)</b>			
<b>Desembolsos</b>			<b>2.196.286,36</b>
OUTROS DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTOS	622130401 - CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO	449030 - MATERIAL DE CONSUMO	26.574,92
		449040 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	318.662,63
		449093 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.275.820,31
	622130402 - CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO RETIDO PAGO	449040 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	2.516,30
		449093 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	97.273,50
	631410101 - RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	449030 - MATERIAL DE CONSUMO	88.754,00
		449040 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	369.218,68
	631410102 - RP NÃO PROCESSADOS RETIDOS PAGOS	449040 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	17.466,02

Fonte: SIAFE

Fortaleza, 17 de julho de 2023.

**Lusiran de Matos Soares**

Coordenador de Orçamento e Contabilidade

**Tales Catunda Santos**

Coordenador de Controle e Programação

**Maria Dolores Pereira**

Gerente de Contabilidade e Controle